

Parecer nº 150/99

Data: 1999.09.22

Processo nº 693

Requerente: José António Chaveiro.

Requerido: Câmara Municipal de Castro Marim.

1. José António Chaveiro, residente na Vila Maruska, 8950 – Altura, por documento de 13 de Agosto, último, apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) – queixa contra a Câmara Municipal de Castro Marim, por falta de decisão da mesma quanto a requerimento, de que junta cópia, formulado para acesso a diversos documentos.
2. Não invoca o queixoso qualquer preceito da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), fá-lo seguramente com base no disposto no nº 1 do artigo 16º, na sua versão actualizada, face à razão acima apontada, requerendo ainda informação acerca de eventual violação do artigo 21º da mesma Lei, pelo Município citado, quanto ao dever de cooperação com a CADA, por alegada falta de resposta aos próprios ofícios desta.
3. Diga-se que, quanto aos documentos objecto de pedido de acesso à Câmara Municipal de Castro Marim, sobre grande parte dos referidos nos diversos pontos do requerimento, já esta Comissão teve ensejo de se pronunciar, tanto a pedido daquele Município como do próprio queixoso, referência para os processos 489 e 526, que subscrevemos, e porque sendo os mesmos do conhecimento do queixoso, para estes remetemos na parte coincidente com o requerimento ora em causa.
4. Há contudo um novo enunciado de documentos cujo acesso é pretendido e, posto que à primeira análise não suscitem diversidade de entendimento, em confronto

com os apreciados no âmbito daqueles processos, importa determinar o objecto da presente apreciação.

5. No sentido do número anterior, a forma organizada do requerimento permite-nos observar que constituem motivo de queia nova os pontos seguintes do respectivo requerimento:

- “2. Projecto de construção, respectivos documentos inerentes e apensos, do prédio a que o semanário “Tal & Qual” se referiu na sua edição de 4 de Junho findo, como tendo sido violado o PDM;
4. Idem (3. Processo, despacho e contrato de avença celebrado entre essa Câmara Municipal e a Empresa “Amadeu Chaves – Empresa de Actividades Hoteleiras, Lda.”) de quaisquer outros contratos que eventualmente tenham sido celebrados entre esse Órgão e a Empresa mencionada;
5. Processo, despacho e certidão autenticada do contrato de tarefa celebrado entre essa Câmara e o Senhor José Joaquim Bento Simões;
6. Outros processos, despachos e contratos de trabalho; e/ou de prestação de serviços, que tenham sido celebrados ou renovados, durante o actual mandato;
7. Todas as listas, com termos de afixação, a que se referem os números 3 a 5 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de Junho, na sua nova redacção dada pela Lei nº 25/98, de 26 de Maio, pelos quais “os serviços, obrigatoriamente, deverão manter afixadas, nos locais de trabalho”;
8. Processo (despachos de nomeação e de exoneração do ex-adjunto do Gabinete de Apoio ao Senhor presidente desse Organismo), incluindo todos os documentos relativos ao acidente que provocou, conduzindo uma viatura

da câmara, a altas horas da noite e, segundo consta, com elevado grau alcoólico, de que resultou a danificação total da mesma;

9. Processo e despacho de nomeação do actual adjunto naquele Gabinete de Apoio”.
6. Pese, embora a possibilidade de repetição quanto a alguns documentos, os citados nos pontos em referência no número anterior constituir-se-ão em documentos administrativos, passíveis de acesso ao requerente ou qualquer pessoa, nos termos conjugados do disposto na alínea *a)* do nº 1, do artigo 4º e do nº 1, do artigo 7º, da LADA.

Ressalva-se a hipótese de em qualquer um deles subsistir a existência, aliás pouco susceptível, de elementos de natureza nominativa ou de dados pessoais, abrangidos pelo disposto nas alíneas *b)* e *c)* do citado artigo 4º, cujo acesso só possa ser admitido nos termos do artigo 8º da LADA, ou seja à pessoa a quem os dados digam respeito ou a terceiros com autorização daquela (nº 1) ou a terceiros que demonstrem “interesse directo pessoal e legítimo” (nº 2).

Assim mesmo, a Câmara Municipal de Castro Marim poderá admitir o acesso aos documentos requeridos no caso de lhe ser possível “expurgar a informação relativa à matéria reservada”, como refere o nº 6 do artigo 7º, da LADA.

7. Se o referido no número anterior abrange toda a documentação solicitada nos pontos do requerimento citados, haverá ainda que ter em conta as seguintes eventualidades:
 - a) Da possível existência de “segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas”, a que se refere o nº 1, do artigo 10º, da LADA, nomeadamente quanto a projectos de construção referidos nos pontos 2 e 4, do requerimento que, a subsistirem, determinam apenas acesso em circunstância que não ponha em causa as situações reservadas;

- b) Da eventual existência de processo em curso sobre o mencionado na 2ª parte do ponto 8. do requerimento que, a ser assim, determinaria a aplicação do nº 4, do artigo 7º, da LADA, ou seja o diferimento do acesso “até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração”. Contudo, não é possível outro pronunciamento sobre circunstâncias que se desconhecem.
- c) A forma genérica do requerido quanto aos pontos 2, 4 e 6, do requerente, não permite identificação dos processos em causa e, quanto ao ponto 7, não se delimita o tempo a partir do qual são pretendidas as listas e termos de afixação a que se referem os nºs 3 a 5, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 148/89, de 2 de Junho, na redacção da Lei nº 25/98, de 26 de Maio.

Tais circunstâncias determinam limitações, tanto na apreciação que à CADA compete como à celeridade do próprio acesso a admitir pela entidade respectiva. Eventualmente, esta nem conhecerá a publicação do semanário “Tal & Qual” aludida ou que processo estará em causa (ponto 2.), nem está obrigada a sabê-lo. Por outro lado, não pode pressupor-se o limite temporal da pretensão de acesso a que se refere o ponto 7., sem que se deixe de admitir que, num eventual desejo de prestar o acesso, a Câmara Municipal de Castro Marim devesse ter desenvolvido esforços para conhecer do exacto interesse do requerente.

- 8. O queixoso põe ainda em causa, como se referiu no número 2, o cumprimento do dever de cooperação com a CADA por parte da Câmara Municipal de Castro Marim, a que se refere o artigo 21º da LADA, sobre o que requer informação.

A CADA não tem de apreciar aqui essa matéria, que é do foro das suas relações com as diversas entidades. As suas competências são determinadas pelo artigo 20º da LADA e artigo 2º do seu Regulamento Interno, a estes se subsumindo a sua actuação.

Em conclusão:

- O queixoso já obteve parecer da CADA para grande parte da documentação na queixa ora formulada que, no essencial, lhe era favorável;
- No seu novo requerimento dirigido à Câmara Municipal de Castro Marim, além da repetição, inclui nova documentação cuja natureza é similar a todo o pedido;
- Esta circunstância determinou a apreciação que antecede, caracterizando os elementos pedidos como documentos administrativos, nos termos do disposto na alínea *a)* do nº 1, do artigo 4º, que admite o acesso a qualquer pessoa, em conformidade com o nº 1 do artigo 7º, da LADA;
- As reservas a este acesso colocam-se apenas quanto à remota eventualidade de subsistirem, na documentação em causa, elementos de natureza nominativa ou de dados pessoais, tal como se obtem pelas alíneas *b)* e *c)* do nº 1 do artigo 4º, ou mesmo, pelo artigo 10º, da existência de segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas que coloquem reserva ao acesso, igualmente de pouca possibilidade de existência;
- O acesso, no entanto, considerando estas circunstâncias pode realizar-se procedendo-se, se necessário, a expurga de elementos nominativos ou outros que estabeleçam reserva, nos termos do nº 6, do artigo 7º, ou mediante recurso ao disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 8º, que, insistimos, não parecem invocáveis nas situações em causa;
- Conclui-se ainda que aspectos genéricos do requerimento, tal como se deixou referido, não permitiram uma melhor apreciação, por sua vez igualmente susceptíveis de fazer retardar o cumprimento do requerido.

Nos termos expostos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no âmbito das suas competências expressas na alínea *b)* do nº 1 do artigo 20º da LADA e artigo 2º do Regulamento Interno, considera que o queixoso José António Chaveiro tem direito de acesso à diversa documentação, especificada nos pontos citados do requerimento apresentado à Câmara Municipal de Castro Marim, por qualquer uma das formas previstas no artigo 12º da mesma Lei, considerada a eventualidade de existência de aspectos limitadores do acesso subordináveis aos preceitos legais que ficaram expressos, na recta avaliação pela Câmara citada.

Comunique-se ao queixoso e à Entidade requerida.

Lisboa, 22 de Setembro de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)